

PADRÃO FIFA E MARACANÃ: O PROCESSO DE TOMBAMENTO E OS DESAFIOS DO PATRIMÔNIO NA MODERNIZAÇÃO DOS ESTÁDIOS

Beatriz Lima de Mesquita¹

RESUMO: Apesar da popularidade do futebol e da sua presença na vida de milhões de brasileiros, esse esporte teve dificuldades em se inserir nas discussões sobre a valorização e defesa do patrimônio nacional. Desse modo, o objetivo desse artigo é entender como a modernização dos estádios de futebol pode dificultar ainda mais o processo de tombamento do patrimônio esportivo. A partir desse questionamento, será através da reforma do complexo do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 que esse trabalho tentará analisar como a interferência do Padrão FIFA pode contribuir para descaracterização do patrimônio esportivo.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Estádio. Futebol. Patrimônio. Maracanã.

FIFA STANDARDS AND MARACANÃ: THE PROCESS OF PATRIMONIALIZATION AND THE CHALLENGES OF PATRIMONY IN THE MODERNIZATION OF THE STADIUMS

ABSTRACT: Despite the popularity of football and its presence in the lives of thousands of Brazilians, this sport had difficulties in inserting itself in discussions about the valorization and defense of national heritage. Thus, the objective of this article is to understand how the modernization of football stadiums can make the process of preserving the sporting heritage even more difficult. Based on this questioning, it will be through the refurbishment of the Maracanã complex for the 2014 World Cup that this work will attempt to analyze how the interference of the FIFA Standard can contribute to the mischaracterization of the sporting heritage.

KEYWORDS: Culture. Stadium. Football. Heritage. Maracanã.

INTRODUÇÃO

Segundo dados divulgados pelo IBGE em 2015, o futebol no Brasil é praticado por 15,3 milhões de pessoas, tornando-se assim o esporte mais



¹ Graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Estagiária voluntária no Museu Casa de Rui Barbosa. E-mail: mesquitatbeatriz@gmail.com.

praticado pelos brasileiros de 15 anos ou mais no país.² Apenas com essa informação, talvez já fosse possível afirmar a importância do futebol no dia a dia do brasileiro, mas somam-se ainda os milhões de torcedores espalhados pelo país e, assim, fica evidente a força que esse esporte possui. Não há como fugir do transporte público lotado em finais de semana de jogo, não há escapatória dos burburinhos em bares nas segundas-feiras após um clássico regional. Em época de Copa do Mundo, até mesmo os mais descrentes com o esporte colocam as suas camisas, reúnem a família e se tornam torcedores do seu país. De toda maneira, existe uma coletividade criada em torno do futebol que é capaz de unir diferentes grupos de pessoas em torno de uma mesma comunidade.

A força desse esporte, na sociedade brasileira, é difícil de negar e foi desse jeito desde a sua chegada em solo brasileiro. Ainda assim, os bens produzidos por esse grupo sempre pareceram ficar de fora das questões da preservação do patrimônio nacional. Embora, cada vez mais, exista um aumento visível de projetos com o objetivo de valorizar e estudar o patrimônio esportivo, como o reconhecimento da importância de acervos de clubes e até mesmo o tombamento de locais importantes para a memória do esporte, o futebol segue ausente e esses bens produzidos, muitas vezes, esquecidos pelo Estado.

A modernização no mundo do futebol é algo inevitável. Não há como competir com a velocidade e o poder do mercado no esporte. De que maneira essas reformas são capazes de destruir não apenas a arquitetura, mas também a relação com o público? E como a transformação do estádio em Arena FIFA pode influenciar no seu vínculo simbólico com o torcedor e, conseqüentemente, retirar dele sua importância patrimonial?

² Como consta em pesquisa realizada em 2015 pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>>.

Será a partir desses questionamentos que esse artigo tentará entender como a construção da noção de patrimônio no país influenciou o descaso com o esporte nesses quesitos. Além de tentar demonstrar como a modernização dos estádios de futebol pelo Brasil pode colocar em risco, de maneira definitiva, a preservação da memória de milhares de torcedores espalhados pelo país. Para tentar chegar a tal conclusão, o recorte será analisar o processo de tombamento do Maracanã, visto sua importância cultural para o país, e interpretar como a sua reforma vai de encontro com as justificativas que o elevaram à patrimônio cultural.

POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NO SÉCULO XX

O cenário político na década de 30 é um grande fator para a criação de políticas culturais no país. Quando Getúlio Vargas alcança o poder após o golpe de 1930, ele dá um fim à fase da República conhecida, popularmente, como café-com leite. Após anos de poder de oligarquias regionais, existia a preocupação do novo presidente em querer diminuir essas influências. A maneira que Vargas encontrou para fazer isso foi através de um fortalecimento do Estado Nacional, suas instituições e, conseqüentemente, a formação de uma identidade nacional. Paralelo a esse momento, é importante ressaltar que as conseqüências da Semana de Arte Moderna, que ocorreu em São Paulo em 1922, ainda ecoavam no campo cultural. O movimento modernista e seus artistas seriam de grande valor para esse projeto nacional de cultura, vindo a ocupar os cargos importantes nos órgãos que seriam criados durante o Estado Novo (1937-1945).

Sob a gestão de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde (1934– 1945), aconteceu, em 1936, a fundação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), o primeiro órgão nacional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Porém, antes mesmo desse



grande projeto, destaca-se a Constituição promulgada em 1934, que reforçava em seu texto, no art.148, a responsabilidade do Estado de preservar o patrimônio nacional.³

Como citado anteriormente, os artistas modernistas — dos quais, talvez, o mais influente tenha sido Mário de Andrade— estiveram presentes em muitas dessas discussões durante esses primeiros anos. O decreto de 1937, que regulamentou a criação do SPHAN, apesar de ter sido feito pelo diretor da época, Rodrigo Melo Franco de Andrade, possuía influência do anteprojeto de Mário de Andrade, o qual havia sido pedido pelo ministro Gustavo Capanema devido ao trabalho feito pelo artista no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, dirigido por ele na época. (PINHEIRO, 2006, p.8) Apesar disso, a visão do SPHAN do que o Estado deveria preservar não estava em total acordo com o pensamento do modernista. Enquanto o projeto de Mário de Andrade possuía uma visão de uma cultura brasileira mais abrangente, o decreto trazia uma visão menor do que deveria ser ou não considerado patrimônio nacional.

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Nesta definição fica evidente a preocupação com o desaparecimento de vestígios da construção do Brasil, mas também a “tal noção de patrimônio privilegiava a herança luso-brasileira, restringindo-se, principalmente, às expressões culturais e arquitetônicas das elites econômicas e religiosas” (TANNO, 2006, p.2). Por consequência desse discurso, os primeiros

³“Cabe á União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse histórico e o patrimonio artístico do paiz, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (BRASIL, 1934).

monumentos que viriam a ser tombados pelo SPHAN seriam, em sua maioria, conjuntos arquitetônicos, com justificativas mais fundadas na estética do que realmente no seu valor histórico.

Os próximos passos da então Diretoria de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN), renomeada assim em 1946 através do decreto n.8.534, serão pautadas pelas discussões internacionais promovidas pela UNESCO sobre as noções de patrimônio e as problemáticas que a intensa urbanização das cidades poderia ter para a preservação do patrimônio cultural. Essas preocupações ganharam destaque por serem compatíveis com o momento político do Brasil, já que o país passava por uma intensa modernização e o discurso desenvolvimentista ganhava espaço no cenário nacional. Dessa maneira, muitas dessas discussões foram importadas para o contexto brasileiro nas décadas de 60 e 70.

Se, nas primeiras décadas do século XX, o movimento modernista e a preocupação na criação de uma identidade nacional pautaram os debates acerca do que deveria ser considerado patrimônio cultural brasileiro, os períodos seguintes traziam novos desafios. O Estado Novo e a sua necessidade de integração nacional ajudaram em muito no fomento de políticas culturais e na composição de um grupo técnico que trabalhasse nessa área, logo, fica difícil ignorar os benefícios que esses anos trouxeram para o setor cultural. Contudo, também é possível dizer que isso contribuiu para restringir a definição de patrimônio na época.

Durante os anos 60 e 70, é importante entender que o desenvolvimentismo brasileiro era considerado um ponto importante para alavancar a nação e, conseqüentemente, entrava no discurso de nacionalismo tão procurado nas décadas anteriores. Dessa forma, as ações tomadas pelos órgãos de patrimônio da época deveriam seguir por esse caminho. Porém, é inevitável que a patrimonialização e a modernização de espaços tenham suas tensões, uma vez que era necessário colocar na balança



a “relação entre valor cultural e valor econômico” (LEAL, 2016, p.104). Não cabe aqui uma análise profunda desse momento, mas sim trazê-lo para colocar em pauta como, já naquele momento, havia a discussão de como o processo de modernização poderia vir a influenciar o tratamento de alguns bens culturais no contexto esportivo.

Foi apenas em 1988 que ocorreu a mudança mais impactante no que diz respeito ao conceito de patrimônio cultural brasileiro. A Constituição Federal, promulgada naquele ano, trazia em seu art. 215 e art. 216 a ampliação da definição de patrimônio nacional, além de mencionar também, pela primeira vez, os bens imateriais.

(art. 215) o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Estabeleceu (art. 216) que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

A definição de patrimônio imaterial seguida pelo IPHAN⁴ está de acordo com a elaborada na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em 2003, sendo esta

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003).

É inegável que essas mudanças trouxeram benefícios para o cenário cultural no país. Cinquenta anos depois da criação do SPHAN e de uma política restrita que valorizava poucos aspectos culturais, novos grupos sociais tiveram a sua identidade valorizada institucionalmente e, assim, o

⁴ Cf. Decreto-lei n.º 66.967, de 27 de julho de 1970, ocorreu a mudança para Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

futebol conseguiu ganhar finalmente o seu espaço dentro da área patrimonial.

FUTEBOL ÀS SOMBRAS DAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO

Como foi possível observar, a constituição do patrimônio nacional passou por um longo período em que apenas alguns setores da sociedade brasileira eram valorizados pelos órgãos de cultura. Ainda assim, pode-se dizer que o futebol sempre esteve mais próximo desses debates do que por muito tempo se cogitou. Quando, no início do século XX, os modernistas e o governo se preocupavam em encontrar e preservar sinais da identidade nacional, o futebol já começava a aparecer na cidade de São Paulo como um possível fator cultural, apesar de não ser entendido como tal na época. É possível até mesmo dizer que grandes nações estavam sendo formadas nesse mesmo momento e ficaram longe da vista do Estado, como, por exemplo, a formação dos clubes Corinthians (1910), Santos (1912) e o Palmeiras (1914), se permanecemos apenas no contexto paulista⁵.

É possível notar que à medida que a preocupação com a preservação do patrimônio brasileiro aumentava, o futebol também ganhava notoriedade no cenário nacional como importante valor cultural da sociedade da época, algo que reforça a dúvida do motivo pelo qual eles andaram tão paralelamente, mas não conseguiram fazer parte das mesmas discussões. Não apenas renegado como importante fator cultural em ascensão, o futebol também parecia rejeitado pelos responsáveis por decidir os rumos da cultura brasileira como Mário de Andrade

A intensa presença dos esportes na vida social brasileira chegava a tal ponto que Mário de Andrade, em *Macunaíma* (1928), obra-prima do modernismo, representava ficcionalmente o futebol como uma das três pragas que

⁵ Sobre o início do futebol em São Paulo, ver Bernardo Borges Buarque de Hollanda (2015, p.21-22).



assolavam o país. Ao lado do bicho-do-café e da lagarta rosada, o futebol, inventado com raiva por Macunaíma, era uma peste que infestava as cidades e que se alastrava pelos campos do Brasil (HOLLANDA, 2011, p.4).

Assim como ele, outros representantes desse movimento também não conseguiram ignorar a presença do futebol, fazendo com que o esporte fosse figura presente em poemas e crônicas da época. Ainda assim, a sua participação, no início, não era bem-vinda para os artistas daquele período. Isso se dava, principalmente, pelo fato de o futebol ser encarado como nada além de uma herança europeia, algo importado, ou seja, indo de encontro com a forte corrente ufanista do período, que ganhou mais força ainda com a noção de patrimônio cultural do Estado Novo.

Apesar dessa visão reducionista, o futebol alcançou as ruas da cidade e se popularizou entre as massas, angariando fãs e torcedores. É possível que esse poder tenha passado despercebido pelos artistas da época e, por consequência, dos debates culturais, mas não da política brasileira, que viu no esporte um meio de propaganda. Inclusive, muitas das críticas que o futebol recebe até hoje é exatamente em relação ao seu uso como “ópio do povo”: uma maneira que grandes líderes usam para ganhar o respeito da população, através de títulos nacionais e incentivo ao futebol no país. Isso causou ainda mais o afastamento do futebol das políticas de cultura no Brasil, “fosse a doutrina de ‘alianças de classe’ do Partido Comunista Brasileiro ou a chamada arte engajada dos anos sessenta, sofisticou mais ainda a crítica ao futebol, inscrevendo-o no campo do lúdico-catártico como uma força alienadora” (RIBEIRO & RIBEIRO, 2015, p.115).

O fato é que o futebol nunca esteve ativamente dentro dessa construção de patrimônio. Nos documentos produzidos pelo Estado, no que diz respeito às políticas culturais brasileiras, fica evidente a ausência até mesmo do uso do termo “futebol”, que não aparece “uma única vez nas quase 500 páginas de metas, diretrizes, estratégias e ações do Plano Nacional

de Cultura” (RIBEIRO & RIBEIRO, 2015, p.121). Nota-se que, mesmo com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, que ocorreu com a inserção de bens imateriais na Constituição, ainda existem muitas lacunas para esse esporte ser, de fato, considerado e tratado como patrimônio nacional brasileiro.

A partir dos anos 2000, o futebol começou a figurar nos inventários de registro pelo Brasil. Apenas no estado do Rio de Janeiro, pode-se reconhecer como patrimônio imaterial da cidade: a torcida do Flamengo (2007); as Torcidas dos Clubes de Futebol da cidade do Rio de Janeiro (2012); a Partida de Futebol Fla-Flu (2012) e os gols do Zico realizados no Maracanã (2013). Alguns pontos são importantes para serem observados nos textos desses registros: em três decretos dos quatro bens imateriais registrados, é citado “estudos feitos pela subsecretária de patrimônio cultural para o conhecimento, inventário e registro das manifestações do futebol”⁶ como uma das justificativas. Embora seja um projeto municipal, ainda assim é importante para revelar uma mudança, mesmo que em escala menor, do futebol dentro das políticas culturais. Isso também pode ser entendido no decreto 35.878, que declara como patrimônio imaterial cultural as torcidas dos clubes de futebol da cidade do Rio de Janeiro, considerando “a relevância do futebol, além da dimensão do desporto e da prática atlética, mas também como manifestação cultural e social conferindo-lhe caráter antropológico para o melhor entendimento e compreensão da sociedade e da identidade carioca.”

De maneira geral, a razão para esses tombamentos perpassa, principalmente, pela relação do torcedor com o espaço de torcer. Um estádio, acima de tudo, é um local quase que sagrado para muitos fãs de futebol, sendo considerado, por alguns, a sua segunda casa. Um lugar de



⁶Isso é visto nos decretos n.º 35.878, que reconhece a partida de Futebol Fla-Flu; n.º 35.877 que reconhece as torcidas dos clubes de futebol da Cidade do Rio de Janeiro e no decreto n.º 37.234 que reconhece os gols do Zico no Maracanã.

encontros, de rituais e de máxima conexão com o seu clube. Pode-se dizer que é a materialidade de uma nação inteira, o espaço que define o território de uma nação e quem é “visitante” e quem é o “mandante”. De modo geral, o estádio precisa ser entendido como um “monumento das cidades contemporâneas e um território onde são produzidos, irradiadas e consumidas algumas dentre as mais eloquentes formas de emoções coletivas da modernidade” (DAMO, 2021, p.215). Como ficou claro nos exemplos anteriores dos registros do patrimônio esportivo, foi dentro do estádio onde se encontraram as primeiras razões para entender o futebol como patrimônio.

O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO MARACANÃ

Provavelmente, um dos maiores símbolos desse modo de torcer do brasileiro foi o estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã). Antes mesmo do início das construções do Estádio Municipal, como era denominado naquela época, em 1948, a carência de um grande complexo esportivo já aparecia em debates políticos. Pode-se dizer que não apenas a recém-profissionalização do futebol na década de 30, mas também a necessidade de um estádio para a Copa do Mundo, que seria sediada no Brasil em 1950, seriam os principais motivos para obra da magnitude do que se tornou o Maracanã. Ainda assim, é importante ressaltar que a sua construção possuía algo que ultrapassava o cenário esportivo da época.

Os primeiros sinais da necessidade da construção de um grande complexo esportivo, que contaria com um estádio de proporções monumentais, já haviam surgido em 1936 durante o Governo Vargas. Sob o comando de Capanema, chefe do então ministério de Educação e Saúde, o projeto de um estádio estava diretamente ligado à construção da Faculdade Nacional de Educação Física. Segundo o ministro, a criação do “homem

brasileiro” implicava, também, a teoria e prática da educação física (COMAS, 2011, p.21). Ainda que esse primeiro projeto não tenha saído do papel e o estádio tenha começado a ser construído anos depois, é perceptível que a sua idealização também perpassa pela concepção de um ideal de país.

Essa noção também fica bastante clara quando percebemos que a imprensa tratava a construção desse estádio como algo capaz de mudar a imagem do país internacionalmente. O jornalista Mário Filho, grande defensor do futebol brasileiro e dono do *Jornal do Sports*, rotineiramente em seu jornal, lembrava a importância daquela obra para a imagem do país. Em uma das notícias, por exemplo, consta que a construção de um centro de desportos ajudará a “dar aos homens do Brasil uma alma nova capaz de movimentar o grande corpo que dormita enfraquecido por falta de vigor próprio”⁷. De fato, o Maracanã nunca foi construído para ser apenas um estádio. Ele era encarado como um marco, fosse pela capacidade do Brasil em realizar uma obra monumental, receber um evento internacional ou sua capacidade futebolística. Porém, acima de tudo, esse estádio não era apenas o símbolo do país, mas sim do seu povo.

A história do Maracanã é marcada por partidas memoráveis e gramados visitados pelos maiores jogadores do mundo. O estádio pode ter se tornado famoso fora do país pela sua monumentalidade, porém, para muitos brasileiros ele também ficou conhecido pelo que acontecia fora das quatro linhas. A “geral” com seus torcedores característicos, chamados de “geraldinos”, marcou e simbolizou o modo de torcer não apenas do carioca, mas de todo o país. De tal forma, quando patrimonializado pelo IPHAN em 2000, são essas as características lembradas e tomadas como primordiais para a sua inscrição no livro do patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico em contraposição à sua inscrição no livro como patrimônio histórico e artístico.

⁷ *Jornal dos Sports*, 17-3-49.



A construção do estádio foi, desde o seu início, a criação de um símbolo e, de certa forma, esse objetivo foi alcançado anos depois devido ao seu reconhecimento e proteção decorrentes do processo de patrimonialização. O Maracanã foi construído para formar uma nova massa de cidadãos que teria no seu país algo para se orgulhar, fosse pelo estádio ou pela seleção nacional. O futebol dava seus primeiros passos para ser entendido como um modo de aumentar o sentimento patriota e criar uma identidade nacional ao redor dele.

O seu processo de tombamento levou mais de 10 anos para ser concluído, tendo início, em outubro de 1983, por proposta do prof. Marcos Vinícios Vilaça, Secretário da Cultura do então Ministério de Educação e Cultura (IPHAN, 2000, p.26). Essa demora em patrimonializar o Maracanã se deu, em primeiro lugar, pelo ineditismo do projeto em tombare um estádio de futebol.

O Padrão FIFA⁸, que viria a modificar completamente o Maracanã para a realização da Copa do Mundo de 2014, já naquela época se mostrava um grande entrave para a proteção da arquitetura original e simbólica do estádio. Não é à toa que o processo de tombamento, que ficou engavetado por 10 anos, retornou às pautas do IPHAN, em 1997, com a proximidade do Mundial de Clubes, que teria partidas disputadas no estádio. Essa ameaça fez com que o Maracanã fosse tombado provisoriamente em 1999, mas isso não evitou reformas ilegais de ocorrerem, sendo uma delas responsável pela perda do título de estádio com maior capacidade de público do mundo.

Em 13 de abril de 2000, na 21ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo realizada pelo IPHAN, ocorreu a discussão sobre o tombamento definitivo do Maracanã e, na ata dessa reunião, é possível analisar os argumentos usados para a patrimonialização do estádio, além das

⁸ Entende-se por Padrão FIFA, as recomendações que a organização faz na construção ou reforma dos estádios que virão a sediar eventos esportivos.

preocupações com as reformas futuras que provavelmente viriam a ocorrer. Logo na primeira fala do conselheiro Nestor Goulart, que apresentava o projeto de tombamento, ele cita alguns pontos sobre a demora desse processo sair do papel como a “insegurança na definição [sic] da natureza do tombamento pela peculiaridade do bem a ser tombado” (IPHAN, 2000, p.27) e conseqüentemente a existência de dois projetos: “um de tombamento como patrimônio histórico [sic] e artístico [sic], outra como patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico, fundamentando objetivamente essa proposta” (IPHAN, 2000, p.27). Ele finaliza o primeiro momento da sua fala justificando a escolha pela segunda proposta.

Maracanã é como o Coliseu. Ele não é preservado pela sua estética, nos dias que correm, mas pelo fato de simbolizar exatamente o espaço de reunião [sic] pública de um povo. Penso que esta é a dimensão cultural desse tipo de monumento. Passamos o nosso tempo, frequentemente, em linha tradicionalista, tombando os edifícios monumentais que são representativos dos poderosos do país. Creio que este é um espaço com uma extraordinária [sic] felicidade na sua concepção, de forma que mesmo os que moram no Rio de Janeiro consideram esse edifício um símbolo da alegria do povo brasileiro (IPHAN, 2000, p.28).

Sobre as reformas em curso no Maracanã para a realização do Mundial de Clubes, o conselheiro relata que não entendia como prejudiciais à imagem do estádio e, por consequência, não causaria nenhuma descaracterização profunda. Porém, um ponto importante mencionado pelo arquiteto José Simões de Belmont Pessoa dizia respeito a obras mais invasivas que poderiam vir a ocorrer:

A FIFA, atualmente, estabelece uma série de regras para que os estádios possam ser utilizados em competições internacionais. Uma delas é a supressão da *geral*. Penso que o tombamento do Maracanã não pode excluir a *geral*, considerando-se o seu significado para cultura brasileira (IPHAN, 2000, p.29).

Como solução na época, ele apresentou:



Nessas ocasiões, um sistema de palcos cobriria a geral. Mas, nas competições nacionais a geral continuaria. As obras previstas tem [sic] esse sentido, embora nilo (não) tenham sido ainda formalmente apresentadas ao IPHAN. Uma questão que considero essencial enfatizar, e resolve um pouco nossas apreensões [sic] nesses anos todos, como bem percebeu o Conselheiro Nestor Goulart, é o enfoque etnográfico do tombamento. O fundamental do [sic] Maracanã não é a obra de arquitetura, mas o cenário desse grande conagraçamento (IPHAN, 2000, p.29).

O conselheiro Angelo Oswaldo reforça a ideia de “A partir do tombamento, qualquer interferência no conjunto deverá ser submetida à instituição, que tem o dever de opinar e de fiscalizar a sua eventual execução” (IPHAN, 2000, p.30) e que sempre será levado em conta a necessidade de criar um ambiente seguro para o público. Em seguida, ele traz uma provocação pertinente sobre o que diferenciava o Maracanã dos outros estádios espalhados pelo Brasil e por qual razão ele demandava um tombamento federal. A resposta de Nestor Goulart é a seguinte:

“Não só por ser o maior, mas por guardar a memória de fatos importantes para todos os brasileiros: o jogo de 1950, o milésimo gol de Pelé. Gostaria de dar um depoimento, de esclarecer um detalhe. Eu insisti no sentido simbólico do monumento, que traduz o modo pelo qual o poder público trata o povo. Esta é a questão, para mim, central. É um monumento construído para afirmação do povo. Então, neste sentido, como paulista, faço questão do tombamento. Agora, eu ficaria indignado se os cariocas resolvessem tomar o minhocão, em São Paulo. São duas maneiras bem distintas e opostas de tratar o povo. Uma de destruir praticamente a cidade, a outra de criar grandes espaços para o povo. São duas linhas de poder absolutamente opostas. Neste sentido, considero que este estádio representa o povo brasileiro, não só [sic] os cariocas” (IPHAN, 2000, p.31).

A palavra é tomada então pelo conselheiro Marcos Vilaça, autor do primeiro projeto de tombamento do Maracanã, ele reafirma o seu desejo de patrimonializar o estádio afirmando ainda que:

No meu tempo, sentado na outra extremidade desta mesa, consegui dar curso a ideias herdadas do meu conterrâneo

Aloísio Magalhães, a outras anteriores as dele, para que o patrimônio histórico não fosse o patrimônio do rico, do esplendor do barroco, da pedra-e-cal (IPHAN, 2000, p.31).

Ele ainda reforça a importância do Maracanã:

Porque eu não conheço nenhum cenário brasileiro onde haja interação entre ator e plateia igual a que existe no Maracanã [sic]. A explosão da brasilidade, da graça brasileira, da santa molecagem [sic] brasileira acontece no campo e fora do campo, com uma interação extraordinária. Eu não conheço melhor qualificação para esse local de apoteose democrática que a expressão encontrada pelo Conselheiro Nestor Goulart: monumentalidade da massa. Os geraldinos, esses que frequentam a geral são chamados os geraldinos, podem ser analisados na ensaística sociológica brasileira a partir do Maracanã. E sentar no Maracanã e ter toda uma gama de avaliações, de reflexões sob o ponto de vista de sociologia e até de política. O temor dos Chefes de Estado ao Maracanã era enorme. No dizer de um especialista em Maracanã, davam vaia até em minuto de silêncio (IPHAN, 2000, p.32).

Já no final da reunião, o conselheiro Raul Henry demonstra preocupação com a possibilidade do tombamento do Maracanã impossibilitar “a implantação de novas tecnologias, de novos modelos de gestão, que possam trazer sustentabilidade a um bem tombado e restaurado, viabilizando, ao longo do tempo, a prestação de bons serviços à população” (IPHAN, 2000, p.34).

Em setembro de 2000, o Estádio Jornalista Mário Filho é oficialmente tombado pelo IPHAN, considerando todos os pontos citados nesta ata e todas as preocupações sobre possíveis reformas. Dois anos depois, através do decreto municipal 21.677 de 3 de julho de 2002, assinado pelo então prefeito César Maia, o tombamento municipal do Maracanã é oficializado incluindo também as demais instalações do complexo esportivo.

Como foi visto anteriormente, as questões das obras de modernização sempre estiveram presentes nos debates sobre o Maracanã, mas sempre entendida como algo inevitável. De modo que no art. 2 do



decreto municipal já previa, quando necessário, “obras de modernização do Estádio da [sic] Maracanã, bem como das outras edificações de que trata o presente decreto.” Dessa forma, não é surpresa que com a proximidade dos megaeventos que viriam a ocorrer em solo brasileiro, a sede e seus equipamentos esportivos tiveram que se adaptar.

“O processo de arenização dos grandes estádios brasileiros, iniciado lentamente no final dos anos de 1990, e intensificado a partir dos anos 2010, quando tomaram vulto as reformas e construções visando a Copa de 2014, geraram impactos notáveis na relação dos torcedores com os estádios e reverberaram para além dele” (DAMO, 2021, p.236).

O Maracanã e sua arquitetura, já considerada defasada, precisaria passar por uma grande reforma com o objetivo de se adequar ao que se esperava das novas arenas, “espaços onde o futebol deve conviver com shows de música, espetáculos artísticos e outras formas de manifestações culturais e empresariais voltadas para o consumo do entretenimento e do lazer” (ROCCO JR; MAZZEI; OLIVEIRA, 2015, p.7).

O grande ciclo que se iniciaria com a realização do Pan-Americano em 2007 e finalizaria com as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016 transformou a cidade em um lugar onde “os direitos públicos e a soberania do Estado-nação são suspensos temporariamente, em prol do interesse majoritário das cadeias de patrocínio e dos contratos de transmissão, tais como assinados pelas duas grandes agências esportivas transnacionais, a saber, a FIFA e o COI” (HOLLANDA & MEDEIROS, 2014, p.332).

As primeiras obras que ocorreram foram para o Pan-Americano e já trazia um caráter muito mais invasivo dos que as que aconteceram no início da década para o Mundial de Clubes, como “a supressão da *geral*, justamente o setor do estádio onde eram comercializados os ingressos de preços mais baratos. Em seu lugar, a partir do rebaixamento do campo, foi construído um prolongamento do setor de cadeiras” (ORTIZ, 2019, p.8). Essa primeira

reforma não mudava apenas a arquitetura do estádio, mas influenciava principalmente em uma das maiores características do Maracanã: a presença dos “geraldinos”. “Junto à elitização das praças de esportes, o modelo das arenas condicionou também uma mudança do tipo de comportamento do torcedor” (HOLLANDA & MEDEIROS, 2014, p.333).

Apenas isso já ia de encontro com o que foi dito na reunião do IPHAN sobre o tombamento, visto que a geral era entendida como uma parte de extrema importância para a criação da atmosfera do Maracanã, algo que o diferenciava de outros estádios. O modo de torcer do brasileiro e a formação do torcedor entrava em risco com a retirada da “geral” e de seus torcedores. O legado que ficava não seria apenas o material — a nova Arena Maracanã — mas também e principalmente, “a adequação às exigências da FIFA colocou em questão a modificação da fisionomia social do público pagante e, por conseguinte, da configuração futebolística” (HOLLANDA & MEDEIROS, 2014, p.334).

Contudo, foi apenas nas reformas que ocorreram anos depois para a realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, que o estádio, de fato, se tornou alvo de disputas assim como o complexo esportivo ao seu redor.

“Sob a alegação de que iria oferecer maior conforto aos frequentadores, o objetivo primordial dos modernizadores do estádio era atender às exigências de construção de um amplo estacionamento, bem como de associar-se a um shopping acoplado nas suas adjacências, em prejuízo também de um terreno que ocupara décadas atrás a sede do Museu do Índio” (HOLLANDA & MEDEIROS, 2014, p.342).

Ainda que o projeto do shopping nunca tenha saído do papel, o estádio Jornalista Mário Filho não saiu ileso e acabou se transformando em mais uma Arena símbolo de um legado de uma Copa do Mundo. Apesar de tombado como patrimônio histórico, a marquise do Maracanã, em maio de 2011, começou a ser destruída, além de outras mudanças internas. Após a



realização dessas obras, o estádio nunca foi o mesmo. As regras impostas pela FIFA na reforma e a conseqüente elitização que ocorreu pela alta dos preços dos ingressos mudaram não apenas a arquitetura, mas também a forma que o torcedor se relacionava com o estádio e os modos de torcer. De modo geral, pode-se dizer que se o Maracanã tivesse sido construído dessa maneira originalmente, ele não teria sido tombado em 2000, pois, acima de tudo, a FIFA padronizou o estádio, retirando dele todas as suas características únicas que o tornava um símbolo do torcedor médio brasileiro. “Esse fenômeno social que incide atualmente também no Brasil, palco de um megaevento esportivo cada vez mais próximo, cujo impacto atinge o futuro dos espaços físicos que circundam o campo de jogo” (HOLLANDA & MEDEIROS, 2014, p.351).

CONCLUSÃO

A construção da noção de patrimônio nacional, no seu início, se mostrou extremamente restrita, tendo em vista a pluralização cultural do Brasil. Com o passar dos anos, o futebol conseguiu, aos poucos, se colocar nesse debate, principalmente com a ampliação da noção de patrimônio que ocorreu no fim do século XX. Ainda assim, entende-se que são necessários mais estudos sobre as especificidades do patrimônio esportivo para lidar melhor com as suas demandas. Isso fica bastante claro em relação ao entendimento do estádio como patrimônio cultural. Existiu um obstáculo teórico em relação ao seu lugar nos livros de tombo, como se viu no caso do Maracanã.

Outro ponto importante que se conclui desse problema é como a modernização dos estádios pode afetar a sua relação com o público. Partindo do pressuposto que o que pode vir a ser motivo para o tombamento de um estádio são os rituais, as relações, as emoções que lá existem graças a

presença do torcedor, qualquer tipo de reforma que dificulte o acesso desse público, seja com aumento de ingressos ou de outra maneira, pode retirar desse espaço a sua importância simbólica e, conseqüentemente, diminuir a sua chance de passar pelo processo de tombamento dos órgãos responsáveis. Além disso, está em curso um processo de padronização nos estádios que também dificultaria a sua patrimonialização.

Ressalta-se, aqui, que certos tipos de reformas para a segurança do torcedor são necessários, porém também é preciso existir um bom senso na hora de decidir quais delas trazem benefício para o público e quais são apenas imposições do mercado. Neste momento, não basta os órgãos responsáveis pensarem no caráter arquitetônico e material do monumento, mas sim como isso afetaria aspectos imateriais do espaço.

O Maracanã, para muitos, segue sendo o templo do futebol e lugar de memórias. Se quando ele foi construído para a Copa do Mundo de 1950 a ideia era colocar finalmente o Brasil no centro da atenção do mundo e fundar um novo modelo de torcedor, a nova Arena Maracanã também possuía tais objetivos e, assim como anos atrás, eles também parecem terem sido alcançados. O fato é que o “velho Maracanã” não existe mais. A *geral* e os *geraldinos*, que tanto encantaram e ajudaram a criar a aura do Maracanã, já não fazem parte do futebol moderno. Espera-se que o “novo Maracanã”, transformado em mais uma Arena FIFA, encante o torcedor da mesma maneira que o antigo e, assim, não sofra novas demolições no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 de fev. de 2021.



_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 10 de fev. de 2021.

_____. Decreto-lei nº. 8.534, de 02 de janeiro de 1946. **Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá novas providências.** Rio de Janeiro/Capital Federal, 1946.

_____. Decreto nº. 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf> Acesso em: 14 de fev. de 2021.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Niemeyer e o Maracanã 1936-2011.** Arqtexto, Porto Alegre, n. 17, p. 16-63, 2011. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/propar/arqtexto/index.htm>> Acesso em: 05 de ago. de 2021.

CORNELSEN, E. L.; AUGUSTIN, G.; SILVA, S. R.. **Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer.** Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2015.

DAMO, A. S. **Dos Grounds às arenas - As quatro gerações de estádios brasileiros em perspectiva antropológica.** Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 212-246. 2021. Disponível em <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/869/791>>. Acesso em: 06 de ago. de 2021.

HOLLANDA, B. B. B. **Ecossistema da Semana de Arte Moderna? A recepção ao futebol em São Paulo e o movimento modernista nas décadas de 1920 e 1930.** In: CORNELSEN, Elcio Loureiro; AUGUSTIN, Günther; SILVA, Silvio Ricardo da. **Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer.** Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2015. p.19-38.

HOLLANDA, B. B.; MEDEIROS, J. **Do 'Colosso do 'Derby'a 'Arena do Maracanã': a cidade, o estádio e as percepções dos torcedores de futebol sobre a Copa do Mundo 2014.** Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 16, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/16594/12467>>. Acesso em: 09 de ago. de 2021.

HOLLANDA, B. B. B.. **O futebol como alegoria antropofágica: modernismo, música popular e a descoberta da " brasilidade" esportiva.** Artelogie, n. 1, p. 11, 2011. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/IMG/article_PDF/article_a65.pdf>. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ata da 21ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2000__01__21a_reuniaordinaria__13_de_abril.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2021

Jornal dos Sports, maio/1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/112518__01/32719>. Acesso em 9 de ago. de 2021.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960**. An. mus. paul., São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-136, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100099&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 de jan. de 2021.

ORTIZ, D. L. **ONDE ESTÁ O MARACANÃ? Ecos de um patrimônio urbano**. In Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), XVIII, 2019, Natal, Anais eletronicos... Natal, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=391>>. Acesso em: 09 de ago. de 2021.

PINHEIRO, M. L. B. (2006). **Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), (3), 4-14. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.voi3p4-14>> Acesso em: 10 de jan. de 2021

RIBEIRO, L. C. & RIBEIRO, G. A. **Futebol como objeto de cultura**. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro; AUGUSTIN, Günther; SILVA, Silvio Ricardo da. Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer. Rio de Janeiro: Jaguaritica, 2015. p.111-123.

RIO DE JANEIRO. Lei Municipal N° 35.877, de 5 de Julho de 2012. **Declara Patrimônio Cultural Carioca, como bem de natureza imaterial, as torcidas dos clubes de futebol da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108335/22DECRETO35877TorcidasdosClubesdaFutebol.pdf>>. Acesso em: 01 de fev. de 2021.

_____. Lei Municipal N° 28.787, de 7 de Junho de 2013. **Declara Patrimônio Cultural Carioca a Torcida do Flamengo**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108341/28DECRETO37234GolsZicoMaracana.pdf>>. Acesso em: 01 de fev. de 2021.

_____. Lei Municipal N° 37.234, de 4 de Dezembro de 2007. **Reconhece os gols do Zico no maracanã como bem de natureza imaterial**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108320/09DECRETO28787TorcidaDoFlamengo.pdf>> Acesso em: 01 de fev. de 2021.

_____. Lei Municipal N° 35.878, de 5 de Julho de 2012. **Reconhece a partida de Futebol Fla-Flu como Bem de Natureza Imaterial**. Rio de Janeiro, 2007.



Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108336/23DECRETO35878Partida deFutebolFlaFlu.pdf>> Acesso em: 01 de fev. de 2021.

ROCCO JR, A. J. MAZZEI, L. C.; OLIVEIRA, L. C. **Os Novos Estádios e Arenas do Futebol Brasileiro e a Comunicação: o esporte como entretenimento e a cidade como negócio.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3200-1.pdf>> . Acesso em 09 de ago. de 2021.

TANNO, J. L. A democratização dos bens patrimoniais: o direito à cidadania cultural. Patrimônio e Memória, 2006. Resenha de FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005, 295p. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/166/584>> Acesso em: 20 de jan. de 2021.